

CNBB está atenta para evitar recuo na Carta

ANC P3

Indaiatuba (SP) — O balanço das atividades da Constituinte realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — registra a predominância de créditos sobre débitos e aponta um “apreciável saldo de acertos e avanços”. Apesar disto, desconfiada, a CNBB adverte que manterá uma “legítima pressão” para que esses ganhos sejam mantidos no segundo turno de votação e que, a partir de agora entrará no “estado de vigilância”.

A CNBB — reunida em sua 26ª Assembléia Geral, no bairro de Itaici, neste município, a 99 quilômetros da capital — ouviu, gostou e aprovou o relatório sobre as atividades da Constituinte, apresentado pelo bispo de Bauru, D. Cândido Padin e os bispos brasileiros deverão, a partir de agora, aconselhar os fiéis a se manterem atentos para evitar recuos no texto aprovado, durante o período do segundo turno de votações. Entre as seis emendas defendidas pela Igreja — enquanto instituição independente na Constituinte —, apenas duas não foram incorporadas: a que garante o direito à

vida, desde a concepção e a que assegura a indissolubilidade do casamento.

Cautela

Jurista, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e coordenador da comissão encarregada pela CNBB de acompanhar a Constituinte, D. Cândido Padin não escondeu seu otimismo com o que viu implantado até agora no texto da nova Carta: “O aspecto mais positivo — relatou ele aos outros 290 bispos que participam da assembleia — está na abertura para a implantação de uma democracia participativa”. Como decorrência, ele citou a possibilidade de apresentação de projetos de lei por populares e de abertura de ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público ou moralidade administrativa. Louvou o mandado de injunção, a concessão do *habeas data* e considerou como “mais significativos” os avanços incorporados nos capítulos dos direitos individuais e coletivos e dos trabalhadores.

17 ABR 1988

JORNAL DE BRASÍLIA